

**DECISÃO**

SEI Nº 0007924-78.2018.8.23.8000

ASSUNTO: Homologação do procedimento licitatório - PE nº 034/2018 – registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, luvas não cirúrgicas, máscaras descartáveis e jarra medidora

1. Acolho o Parecer Jurídico SG/NUJAD nº 476/2018 (evento nº 0440446), bem como a manifestação da Coordenadora do Núcleo Jurídico Administrativo e, com fundamento no art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 4º, inciso III, da Portaria TJRR nº 1055/2017 e na previsão contida no Manual de Procedimentos - Resolução TJRR nº 57/2014, **homologo** o processo licitatório realizado na modalidade **Pregão**, forma Eletrônica, **registrado sob o nº 034/2018**, cujo objeto consiste na eventual aquisição de gêneros alimentícios, luvas não cirúrgicas, máscaras descartáveis e jarra medidora para atender demanda do Poder Judiciário do Estado de Roraima, de acordo com as especificações e as quantidades estabelecidas no Termo de Referência nº 56/2018, processado em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Resoluções TJRR nºs 026/2006 e 008/2015 e, subsidiariamente, com a Lei nº 8.666/93, tendo como resultado:

| ITEM | EMPRESA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|----------------|---------------|
| 01 | CASA FREITAS COMERCIO DE BEBIDAS LTDA EPP | R\$ 2,20 | R\$ 22.000,00 |
| 04 | | R\$ 9,41 | R\$ 188,20 |
| 05 | | R\$ 15,80 | R\$ 379,20 |
| 03 | C. E. S. ARAUJO ME | R\$ 13,85 | R\$ 1.385,00 |
| 07 | | R\$ 21,00 | R\$ 1.050,00 |
| 06 | PRO SAUDE RORAIMA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP | R\$ 20,90 | R\$ 1.045,00 |
| 08 | | R\$ 12,85 | R\$ 385,50 |
| 02 | FRACASSADO | | |

2. Ratifico o resultado do Item 02, o qual restou fracassado, já declarado nestes autos nos eventos n.ºs 0438804 e 0439191.

3. Objetivando dar celeridade na tramitação dos procedimentos administrativos, **autorizo**, desde já, a aquisição dos eventuais pedidos decorrentes da ARP, desde que guardem correlação com os objetos registrados, respeitando suas quantidades e especificações, bem como que se demonstre a regularidade das empresas beneficiárias da Ata e mediante a informação de disponibilidade orçamentária para o atendimento das despesas, devendo-se, oportunamente, emitir os correspondentes empenhos e dar publicidade das contratações decorrentes da ARP.

4. Na oportunidade, registro que as microempresas e EPP devem apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista na licitação, contudo, havendo alguma restrição, a comprovação da regularidade deve ser exigida para efeito de assinatura do contrato, no prazo de 05 dias úteis, contados da homologação do certame, sendo este o entendimento que se infere dos artigos 42 e 43 da [LC nº 123/2006](#), que assim dispõem:

"Art. 42. Nas licitações públicas, **a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.**"

"Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame**, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º **A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.**" *grifei*

5. A leitura sistemática dos dispositivos acima elencados permite entrever que quando o legislador aduz que o prazo para regularização correrá do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (§ 1º do art. 43) em verdade, na prática, quis dizer que tal momento é o da homologação, tanto que, em seguida, no §2º, dispõe que decairá o direito à contratação e que é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes para assinatura do contrato ou revogar a licitação, ou seja, deixa bem claro que a fase do processo licitatório já findou quando concedido o prazo para regularização.

6. Inclusive, corrobora com o entendimento acima elencado, o assentado no Acórdão nº 2505/2009 – TCU – Plenário, que assim dispõe:

"6. Asseveram, ainda, que a empresa apresentou documentação com vistas a comprovar, apenas, a regularidade fiscal junto à Receita Estadual, não tendo procedido da mesma forma quanto à Receita Municipal.

7. Ora, os arts. 42 e 43 da Lei nº 123/2006 possuem caráter impositivo, não dando margem a mais de uma interpretação. Resta evidente o privilégio concedido pelo legislador às microempresas e/ou empresas de pequeno porte, de modo que a exigência de comprovação da regularidade fiscal daquelas perante a Administração somente é permitida para fim de assinatura do contrato.

8. Por elucidativo, transcrevo o teor dos referidos textos legais:

"Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte

somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa" (grifei).

9. Independente de a empresa Crisart Montagem, Manutenção, Reforma e Marcenaria Ltda. – ME não ter apresentado documentação atinente à regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal, restou preservado o sentido da Lei, eis que essa omissão foi suprida por pesquisa realizada no Sicaf, mediante a qual a Administração constatou a falha ensejadora da desclassificação da representante, conforme os motivos expressos à fl. 79: “*Por estar com a receita estadual e municipal vencida, junto ao Sicaf*”.

10. Desse modo, agiram os gestores públicos em desconformidade com a Lei, **visto lhes ser vedado promover desclassificação antecipada de licitantes que não tenham, na fase de habilitação, comprovado atendimento integral ao requisito da regularidade fiscal.**”

7. Desta feita, não há dúvida quanto a vedação imposta à Administração de desclassificar na licitação ME e EPP em razão da não comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, sendo certo que a fase para regularização será a da contratação que se inicia após a homologação.

8. Ante o exposto, oficie-se as empresas C. E. S. ARAUJO ME e PRO SAUDE RORAIMA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP para apresentar, no prazo de 05 dias úteis, a documentação elencada no parágrafo 24 do Parecer Jurídico SG/NUJAD nº 476/2018 (evento nº 0440446).

9. Providencie-se a homologação no respectivo site de licitações e abra-se prazo para cadastro de reserva.

10. Publique-se.

11. Após, à **Secretaria de Gestão Administrativa** para as seguintes providências:

- formalização da Ata de Registro de Preços e demais medidas necessárias; e
- manifestar-se acerca do item fracassado, notadamente, quanto à conveniência e à oportunidade de se repetir o certame e/ou adotar medidas visando a contratação direta estabelecida no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93.

Elízio Ferreira de Melo
Secretário-Geral



Documento assinado eletronicamente por **ELIZIO FERREIRA DE MELO, Secretário Geral**, em 16/11/2018, às 13:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0442821** e o código CRC **ADCDF132**.